

Plataformas de Propriedade das Pessoas Trabalhadoras e Interseccionalidade

Aprendizados Compartilhados entre Brasil e Argentina



Worker-Owned Intersectional Platforms

<ΔLT>

ANIMUS

<CODIGO
LIBRE>



FACT[TIC]



SEÑORITAS
COURIER

/digi
labour
laboratório de pesquisa

Connaught Fund



SSHRC CRSH
Social Sciences and Humanities Research Council of Canada
Conseil de recherches en sciences humaines du Canada

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Que é o Projeto? p.8

2. Quem Faz o Projeto p.10

3. Pontos de Partida p.13

Trabalho e Tecnologia na América Latina

Plataformas de Propriedade das Pessoas Trabalhadoras

Interseccionalidade

Imaginação

4. Aprendizados p.22

Enfrentar o Conflito Capital–Vida

Care Before Code

Ir Além dos Binários

Articulação e Comunicação

5. Aprendizados entre Brasil e Argentina p.26

6. Aprendizados de Cada Organização p.30

7. Memórias p.33

8. O Que Vem a Seguir p.36

9. Recomendações de Políticas p.38

Para Organizações Autogestionadas

Para Formuladores de Políticas Públicas

Para Universidades

Referências p.41

Créditos e Financiamento p.43



SUMÁRIO EXECUTIVO

SOBRE O PROJETO

- Este relatório apresenta os resultados da pesquisa-ação Worker-Owned Intersectional Platforms (WOIP).
- O projeto reuniu seis organizações autogestionadas do Brasil e da Argentina, atuantes nos setores de tecnologia e entrega.
- Objetivo: refletir, imaginar e construir coletivamente princípios e práticas de plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras com base em uma perspectiva interseccional.
- A pesquisa partiu de experiências concretas para propor alternativas aos modelos hegemônicos de plataformas controladas por grandes empresas de tecnologia.
- Utilizou metodologias participativas e incluiu encontros online e presenciais realizados em São Paulo e Buenos Aires ao longo de 2024 e 2025.
- Todas as pessoas participantes atuaram como co-pesquisadoras, com tomada de decisões coletivas.

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

- **Argentina:** ALT Cooperativa, Cooperativa Central e Federación Argentina de Cooperativas de Trabajo de Tecnología, Innovación y Conocimiento (FACTTIC), representada pelas cooperativas Código Libre e Animus.
- **Brasil:** MariaLab, Señoritas Courier e Núcleo de Tecnología do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

PONTOS DE PARTIDA

- A pesquisa se ancora nas tradições latino-americanas de economia solidária e tecnologias comunitárias.
- Valorização de saberes locais e experiências como fábricas recuperadas, comedores comunitários e redes feministas, e retomada de conceitos como tecnologia social e tecnociência solidária.
- Reconhecimento da dependência tecnológica estrutural da América Latina e aposta na territorialização de tecnologias.

CONCEITOS-CHAVE

- Plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras: iniciativas diversas organizacionalmente, nem sempre plataformas ou cooperativas formais, mas com objetivo político de articular tecnologias e trabalho de outras maneiras.
- Interseccionalidade: ponto de partida e chegada, articulando gênero, raça, classe, território, sexualidade, geração, entre outros.
- Imaginação política: força transformadora e ferramenta coletiva para desenhar futuros possíveis além do modelo do Vale do Silício.

PRINCIPAIS APRENDIZADOS DA PESQUISA

- Enfrentar o conflito capital-vida: priorizar o cuidado e a dignidade da vida acima da lógica de lucro e produtividade, com base em práticas interseccionais e coletivas.
- Cuidado e tecnologias: o cuidado deve orientar a criação tecnológica, reconhecendo vulnerabilidades, territórios e corpos como fundamentos de processos coletivos de organização e de construção de tecnologias.
- Superar binarismos: assumir a complexidade e recusar os binarismos nos ajuda a construir tecnologias e organizações mais plurais, críticas e comprometidas com existências dissidentes.
- Articulação e comunicação: cooperação entre coletividades e valorização de diversas formas de expressão como práticas transformadoras; destaque para a campanha Hire a Coop.

TROCAS ENTRE BRASIL E ARGENTINA

- Argentina tem tradição cooperativista mais institucionalizada no setor de tecnologia. Brasil se destaca pela potência política e mobilizadora de coletivos e movimentos sociais.
- Conexões e diferenças em relação a gênero, raça, classe e práticas tecnológicas foram discutidas de forma crítica entre os grupos.
- Aprendizados mútuos sobre conceitos como intercooperação.

CONCEITOS DESENVOLVIDOS POR CADA ORGANIZAÇÃO

- Autonomia (MariaLab)
- Inclusão digital (Central)
- Intercooperação (FACTTIC)
- Soberania digital popular (MTST)
- Tecnologia social (Señoritas Courier)
- Tecnologias trans (ALT)

DESDOBRAMENTOS E PRÓXIMOS PASSOS

- Discutir sentidos, tensões e complementaridades entre autonomia e soberania;
- Refletir criticamente sobre o papel do Estado;
- Enfrentar desigualdades internas no desenvolvimento tecnológico;
- Fortalecer práticas de governança de dados nas organizações;
- Avançar nos debates sobre apropriação coletiva de tecnologias livres;
- Enfrentar os desafios da sustentabilidade econômica;
- Aprofundar as práticas e debates sobre interseccionalidade.

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Recomendações de políticas para organizações autogestionadas

- Fortalecer a cooperação regional como prática contínua;
- Documentar e compartilhar trajetórias e aprendizados;
- Valorizar a diversidade institucional e evitar modelos normativos;
- Engajar-se em processos de formação popular, contínua e situada;
- Desenvolver tecnologias no ritmo dos corpos e das coletividades.

Para pessoas formuladoras de políticas públicas

- Fomentar formação tecnopolítica com enfoque interseccional;
- Reconhecer e apoiar formas organizativas territoriais diversas;
- Construir políticas de incubação e fomento com justiça interseccional;
- Promover sistemas articulados de circulação de informações e recursos.

Para universidades

- Contratar coletivos e cooperativas em projetos acadêmicos e tecnológicos;
- Construir parcerias mais horizontais com coletivos e movimentos sociais;
- Valorizar saberes de pessoas trabalhadoras nos currículos universitários.

Citar como:

WOIP (2025). *Plataformas de Propriedade de Pessoas Trabalhadoras e Interseccionalidade: Aprendizados Compartilhados entre Brasil e Argentina*. Toronto: DigiLabour.



INTRODUÇÃO

As grandes plataformas digitais costumam ser pensadas por homens brancos ricos do Vale do Silício – ou seus congêneres locais. Os *tech bros*¹ têm dominado tanto os mercados quanto as imaginações sobre tecnologias e trabalho, mas as coisas não precisam ser assim. O atual cenário para tecnologia e trabalho não é inevitável. O convite deste relatório é para imaginar outras possibilidades a partir da interseccionalidade e das plataformas de propriedade de pessoas trabalhadoras no Brasil e na Argentina.

De quais maneiras podem ser as plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras? Quais podem ser os seus parâmetros? Quais são os seus desafios? Estas perguntas guiaram a pesquisa Plataformas de Propriedade de Pessoas Trabalhadoras e Interseccionalidade – em inglês, *Worker-Owned Intersectional Platforms* (WOIP). O que fizemos nesta pesquisa foi tentar imaginar coletivamente princípios fundamentais de um futuro melhor para quem trabalha, em um contexto de plataformização da vida.

Nós encaramos coletivamente o desafio de enfrentar a crise de imaginação que vivemos. E fizemos isso entre organizações diversas: somos de dois países (Brasil e Argentina), dois setores

(entregas e tecnologias), temos uma composição diversa em termos de identidade de gênero, raça e geração, viemos de diferentes contextos e identificações políticas, e possuímos um desejo comum: o de imaginar, acreditar em nossas ideias, e assim construir futuros mais justos em termos de interseccionalidade, tecnologia e trabalho. Tanto essa diversidade quanto esse desejo atravessaram toda a pesquisa!

Nesta pesquisa-ação, ou seja, co-construída entre pessoas pesquisadoras e trabalhadoras, utilizamos diversos métodos para imaginar conjuntamente: foram nove encontros online, dois encontros presenciais, uma mistura entre nossos idiomas (português e espanhol), enquetes e dança. Sim, também construímos nossos aprendizados dançando juntas! Entre eles, o de que separar a razão da emoção e corpo da mente é parte da lógica colonial que queremos derrotar. Os resultados desse percurso estão sintetizados nas páginas a seguir.

Começamos o relatório apresentando o projeto e quem o constrói. Em seguida, destacamos nossos pontos de partida, retomando um legado latino-americano que nos inspira, de lutas por comunicações, tecnologias e trabalhos

1. Segundo o [dicionário de Cambridge](#), tech bro é alguém, usualmente um homem, que trabalha na indústria de tecnologia, especialmente nos Estados Unidos. Neste relatório, mais do que isso, nos referimos a tech bros como o patriarcado do Vale do Silício, que dominam imaginários e materialidades em relação às tecnologias, corporificados em figuras como Elon Musk, Mark Zuckerberg e Jeff Bezos.

livres. Também utilizamos essa seção para abordar três noções fundamentais para a pesquisa: a própria ideia de plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras, a interseccionalidade e a imaginação.

Na quarta seção, resumimos os nossos aprendizados, que estão divididos em quatro tópicos: o enfrentamento do conflito entre o capital e a vida, a importância do cuidado, a recusa dos binarismos e o nosso potencial de cooperação. A construção da campanha [Hire a Coop](#) [Contrate uma Cooperativa], que também apresentamos nesta parte do relatório, evidencia esse potencial.

Nas partes subsequentes, compartilhamos um pouco do que um país aprendeu com/sobre o outro durante o projeto e uma definição de conceitos fundamentais para cada uma das organizações participantes. O Núcleo de Tecnologia do MTST nos apresenta sua compreensão sobre a soberania digital popular. A MariaLab, por sua vez, nos fala brevemente sobre o lugar da autonomia nas nossas relações com as tecnologias. A Cooperativa Central, de Salta, aborda a ideia de inclusão digital. Intercooperação foi o conceito escolhido pela Federación Argentina de Cooperativas de Trabajo de Tecnología, Innovación y Conocimiento (FACTTIC), representada pelas cooperativas Código Libre e Animus, e tecnologia social a opção feita pela cooperativa Señoritas Courier. Por fim, a Alternativa Laboral Trans (ALT), que também faz parte da FACTTIC, nos ensina um pouco sobre sua compreensão sobre o que são e podem ser tecnologias trans.



Depois disso, vocês vão encontrar alguns registros fotográficos dos nossos encontros presenciais (maio e novembro de 2024, em São Paulo e em Buenos Aires, respectivamente). Ali estão capturados momentos de discussão, articulação e de dança.

Por fim, falamos do que vem a seguir, incluindo recomendações de políticas para governos, organizações autogestionadas e para quem ainda não faz parte de uma organização coletiva.

Boa leitura!



1) O QUE É O PROJETO?

A pesquisa Plataformas de Propriedade de Pessoas Trabalhadoras e Interseccionalidade (WOIP, na sigla em inglês) teve por objetivo discutir coletivamente dimensões de tecnologias governadas pelas pessoas trabalhadoras a partir de perspectiva interseccional – com trabalho e tecnologia como eixos centrais. Isso envolveu a articulação de estudos feministas, queer, de raça, classe e decoloniais, que nos ajudaram a refletir sobre múltiplas formas tanto de opressões e explorações no trabalho quanto de possibilidades de imaginar e prefigurar futuros digitais alternativos. O projeto foi financiado pelo [Social Sciences and Humanities Research Council \(SSHRC\)](#), do Canadá, por meio de um Insight Development Grant, e pelo [Connaught Fund](#), por meio do Connaught New Researcher Award.

A premissa metodológica do projeto reside em aprendizados compartilhados e coletivos entre seis organizações autogestionadas do Brasil e da Argentina nos setores de tecnologia e entrega. A partir dos princípios da [enquete operária](#) (workers' inquiry)¹ e da [pesquisa-ação participante](#)², com raízes latino-americanas, nós consideramos cada pessoa ligada ao projeto como co-pesquisadora. Isso significa que as decisões relativas ao projeto foram sempre feitas coletivamente. As

organizações não eram “objetos a serem estudados”, mas parte integral da equipe e do processo de pesquisa e aprendizagem.

Em termos práticos, a pesquisa envolveu nove workshops online entre fevereiro de 2024 e abril de 2025 e duas semanas de workshops presenciais – com uma série de eventos – em São Paulo (maio de 2024) e Buenos Aires (novembro de 2024). Os encontros presenciais envolveram, além dos momentos internos da pesquisa, rodas de conversa e participações em eventos hacktivistas como [CryptoRave](#) em São Paulo e [sud0America](#) em Buenos Aires, em espaços universitários como Universidade de São Paulo e Universidad de Buenos Aires, e passeios por espaços de cooperativas e coletivos.

Cada organização teve dois assentos nos workshops do projeto, com compensação acima do salário mínimo necessário (living wage) no Canadá para cada integrante pelo envolvimento com a pesquisa. Cada grupo também teve autonomia para escolher quem eram as representações em cada workshop, com o compromisso de levar as discussões para os coletivos dos quais fazem parte. Os workshops envolveram temas como organização do trabalho, experiências, intencionalidades e referências

-
2. Englert, S., Woodcock, J., & Cant, C. (2020). Operaísmo Digital: tecnologia, plataformas e circulação das lutas dos trabalhadores. *Fronteiras - Estudos Midiáticos*, 22(1). <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.05>
 3. Medrado, A., & Verdegem, P. (2024). Participatory action research in critical data studies: Interrogating AI from a South–North approach. *Big Data & Society*, 11(1). <https://doi.org/10.1177/20539517241235869>

tecnológicas, dados, autonomia e soberania. Toda a documentação do projeto foi produzida em inglês, português e espanhol.

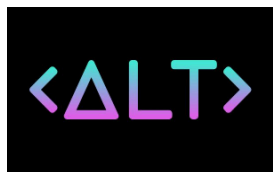
A pesquisa foi pautada por um contínuo exercício de reflexividade sobre o processo, dando prioridade ao que fazia sentido coletivamente a partir da questão-guia: **como imaginar e construir plataformas de propriedade de pessoas trabalhadores a partir de perspectiva interseccional?** A flexibilidade e a reflexividade nos permitiram uma abertura para aprendizados coletivos e para a valorização da diversidade de perspectivas. Em vez de buscar princípios normativos, nós estávamos sempre à procura do que fazia sentido na vida concreta e material de nossos corpos e territórios.

No percurso da investigação, utilizamos tecnologias livres como ferramentas. Para guardar nossos arquivos, usamos a pasta compartilhada do [Collective Tools](#), criada por uma cooperativa. Para escrever textos, optamos pelo [CryptPad](#), uma ferramenta de escrita colaborativa e de código aberto, preocupada com a segurança das pessoas usuárias. Para as reuniões online, usamos a Angela, uma plataforma segura e estável para encontros de pequenas organizações e grupos feministas, LGBTQIAP+ e minorias sociais, desenvolvida no âmbito do projeto Maria Vilani de plataformas livres de comunicação, que faz parte da servidora feminista [Vedetas](#).

Para nós, utilizar essas ferramentas significou reconhecer que existem alternativas para além das Big Tech, seja para se comunicar seja para trabalhar! A síntese que compartilhamos nas próximas páginas reafirma isso e apresenta os resultados do nosso exercício coletivo de imaginação.



2) QUEM FAZ O PROJETO



ALT COOPERATIVA

A Alternativa Laboral Trans Cooperativa (ALT Cooperativa) é um empreendimento formado inteiramente por pessoas trans, que oferece serviços digitais como desenvolvimento web, design UX/UI, gerenciamento de sites e serviços de gestão comunitária. A ALT vem funcionando desde 2020 e, desde 2022, faz parte da FACTTIC. Geograficamente, estão localizadas em diferentes partes da Argentina, por isso trabalham constantemente no fortalecimento de redes para expandir a comunidade e construir espaços digitais cooperativos e transfeministas.

- Página: altcooperativa.com



COOPERATIVA DE CADETES CENTRAL

A Central é uma cooperativa de entregas formada em 2017 na capital de Salta, no norte da Argentina, registrada e inscrita no Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES), dedicada à entrega de encomendas, procedimentos bancários, serviços municipais, serviços privados etc., dentro da província de Salta. Este conjunto de trabalhos é conhecido como cadetería na Argentina. A atividade não é reconhecida no país, por isso é realizada na informalidade, sem direitos. Esta é a razão pela qual o objetivo inicial do grupo que formou a cooperativa era constituir um sindicato. Desde sua fundação, a cooperativa luta por melhores condições de trabalho para as pessoas integrantes.

- Página: www.instagram.com/coop.central



FEDERACIÓN ARGENTINA DE COOPERATIVAS DE TRABAJO DE TECNOLOGÍA, INNOVACIÓN Y CONOCIMIENTO (FACTTIC) - REPRESENTADA PELAS COOPERATIVAS CÓDIGO LIBRE E ANIMUS

A Federação Argentina de Cooperativas de Trabalho de Tecnologia, Inovação e Conhecimento (FACTTIC) tem mais de 10 anos de experiência e foi criada para que as cooperativas de trabalho do setor troquem informações e conhecimentos e construam soluções coletivas de forma colaborativa. A FACTTIC agrupa 40 cooperativas, localizadas em mais de 10 províncias da Argentina, e hoje conta com 600 profissionais de diferentes disciplinas.

- Página: facttic.org.ar

NO PROJETO WOIP, A FACTTIC FOI REPRESENTADA ESPECIALMENTE POR DUAS COOPERATIVAS, ANIMUS E CÓDIGO LIBRE.



CÓDIGO LIBRE

A Código Libre é uma cooperativa dedicada ao desenvolvimento de software e projetos de impacto social, que existe há sete anos e nasceu de uma incubação entre uma universidade pública e a FACTTIC. É especializada em plataformas cooperativas. Atualmente trabalha na Coopcycle e promove plataformas como semillero.coop.ar. Há quatro anos, a Código Libre iniciou um processo de transformação de suas práticas e de sua equipe, priorizando a incorporação de novos parceiros com perspectiva de gênero. Além disso, é membro do espaço EnDeconstrucción e do conselho de administração da FACTTIC.

- Página: codigolibre.coop.ar



ANIMUS

A Animus se estabeleceu como uma empresa de desenvolvimento de software em 2007 e, uma década depois, em 2018, transformou-se em uma organização cooperativa. Isso envolve uma organização de propriedade conjunta, administrada pelas próprias pessoas integrantes. Cada uma delas tem voz, voto e ideias que importam para as outras. Atualmente, a Animus está sediada em Bariloche, na Patagônia Argentina. Também está distribuída em Rosário, Buenos Aires, Espanha e Estados Unidos.

- Página: animus.coop





MARIALAB

A MariaLab é uma organização feminista brasileira sem fins lucrativos que atua na intersecção entre gênero, tecnologias e política. O grupo trabalha pela valorização do cuidado nos meios digitais, buscando tornar mais plurais os espaços e debates sobre tecnologia, envolvendo mais mulheres, pessoas trans e não binárias, e promovendo um pensamento e discussão que considere raça, classe social, identidade de gênero e sexualidade no desenho de tecnologias, sejam elas digitais ou não.

- Página: marialab.org



NÚCLEO DE TECNOLOGIA DO MTST

O Núcleo de Tecnologia do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) surgiu em 2020, com a tarefa política de apoiar o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e a apropriação de técnicas para a construção do trabalho de base do movimento. Esse processo acontece por meio da organização da luta no território, com o objetivo de melhorar a capacidade das pessoas trabalhadoras de construir seu futuro de forma autônoma enquanto coletivo. O Núcleo enxerga a disputa de visões sobre tecnologias como uma maneira de pautar a discussão sobre soberania. É por meio da forma que utilizam a tecnologia a favor das pessoas trabalhadoras que promovem a construção do poder popular.

- Página: nucleodetecnologia.com.br



SEÑORITAS COURIER

Señoritas Courier é uma cooperativa de cicloentregas composta por mulheres e pessoas trans, que atua em São Paulo desde 2017. Para além das cicloentregas, desenvolve outras atividades para geração de renda, como oficinas de manutenção de bicicletas e roteiros ciclísticos, com foco na interseccionalidade de gênero e raça, e com olhar para a diversidade de corpos e territórios. Atua ativamente no debate sobre inclusão digital e criação de plataforma cooperativista de entregas.

- Página: senhoritascc.com.br

Além das organizações, tem a equipe sediada na Universidade de Toronto: Rafael Grohmann, Fabiana Benedito, Kaushar Mahetaji e Mayara Almeida de Paula. Há também o conselho da pesquisa, composto por Roseli Figaro (Universidade de São Paulo), Denise Kasparian (Universidade de Buenos Aires) e David Nieborg (Universidade de Toronto).

3) PONTOS DE PARTIDA

A. TRABALHO E TECNOLOGIA NA AMÉRICA LATINA

Como valorizar o passado de economia solidária e tecnologias comunitárias olhando para o futuro?

Nós pensamos e nos articulamos desde a América Latina, um território que ocupa uma posição no mínimo desfavorável na **divisão internacional do trabalho**, o que não se altera na economia de plataformas. Mas isso nunca foi uma batalha vencida! No território latino-americano, resistir e construir alternativas sempre estiveram na ordem do dia. O legado que a gente carrega vem da longa história da nossa organização como pessoas trabalhadoras. O desenvolvimento de alternativas às tecnologias dominantes e ao capitalismo está marcado na nossa história. Assim, o objetivo de construir alternativas tecnológicas desde a classe trabalhadora latino-americana inspira as reflexões que fizemos ao longo do projeto WOIP.

A divisão internacional do trabalho diz respeito às posições desiguais que os países ocupam na produção e circulação de bens mundialmente. Para regiões como a América Latina, isso significa uma crescente dependência de tecnologias produzidas em países do Norte Global. E isso se intensifica na economia digital!

Economia Solidária

Nossas inspirações vêm da história da economia solidária na América Latina, uma verdadeira inovação para desenvolver arranjos de trabalho com base em valores de inclusão, solidariedade, equidade e governança democrática. Da Argentina, por exemplo, aprendemos com o histórico de fábricas recuperadas por pessoas trabalhadoras, que mostram que, nos contextos de crise, nós arrumamos forças e formas coletivas de nos organizarmos. Do Brasil, aprendemos com o extenso percurso da economia solidária. Destacamos a organização em rede da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo (AMESOL) e a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária (RXX), que demonstram que autogestão, economia solidária e feminismo têm tudo a ver. Também nos inspiramos na história dos comedores comunitários⁴ da Argentina, que mostram que o trabalho de cuidado exercido principalmente pelas mulheres é essencial para a manutenção da vida, por isso deve ser mais reconhecido, valorizado e socializado. Para nós, a economia solidária não é algo menor, mas parte integral e central das nossas economias e sociedades na América

4. Faur, E. (2024, 29 de fevereiro). El estado del hambre. Revista Anfibia. <https://www.revistaanfibia.com/el-estado-del-hambre/>

Latina⁵.

Atualmente, nós estamos em processo de pensar em economias solidárias digitais⁶. Isso significa, por um lado, a digitalização das economias solidárias e, por outro, as lutas por economias digitais que sejam mais solidárias. Esta proposta valoriza o histórico latino-americano de economias solidárias enquanto uma alternativa prefigurativa em relação ao capitalismo ao mesmo tempo que abre para as inúmeras possibilidades tecnológicas, desde as tecnologias ancestrais até dados, plataformas, inteligência artificial, ou o que mais vier.

Tecnologias Comunitárias

As inspirações também podem ser vistas na longa trajetória, que segue em curso, de construção de tecnologias comunitárias e alternativas. Exemplos disso são o movimento software livre no Brasil e na Argentina, o projeto Cybersyn⁷ no Chile, o desenvolvimento de algoritmos populares em Cuba⁸, e os próprios percursos de nossas organizações, que envolvem a construção e o desenvolvimento de tecnologias próprias, a apropriação de tecnologias proprietárias e a **reterritorialização** de tecnologias cooperativas vindas do Norte Global⁹.

Reterritorialização, nesse contexto, significa uma reapropriação às condições específicas do território onde a tecnologia está sendo implantada. Não é somente uma importação ou mera adaptação. Citamos um exemplo: a Coopcycle é uma federação de pessoas cicloentregadoras formada na França e também possui uma infraestrutura digital que pode ser utilizada por cooperativas de outras partes do mundo. Quando começou a ser implementada na Argentina, essa infraestrutura precisou ser adequada à realidade do território, conforme analisa Denise Kasparian¹⁰. Uma das adequações necessárias foi a inclusão da opção de pagamento em dinheiro.

5. Gago, V., Cielo, C., & Tassi, N. (Comps.). (2023). Economías populares: Una cartografía crítica latinoamericana. CLACSO. <https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=2844&c=62>
6. Rubim, E., & Milanez, L. (Orgs.). (2024). Economia Solidária Digital. Ministério do Trabalho e Emprego; DigiLabour; Fundação Rosa Luxemburgo. https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Agosto/mte-apoia-livro-sobre-politicas-sociais-de-economia-solidaria-digital/livro_economia_digital_solidaria_v2_comprimido.pdf
7. Medina, E. (2024, 7 de janeiro). Aprendendo com Cybersyn, 50 anos depois: entrevista com Eden Medina. DigiLabour. <https://digilabour.com.br/pt/aprendendo-com-cybersyn-50-anos-depois-entrevista-com-eden-medina/>
8. Ochigame, R. (2021, 1º de outubro). Informática do oprimido. DigiLabour. <https://digilabour.com.br/pt/informatica-do-oprimido/>
9. Kasparian, D. (2022, 12 de maio). Implementação territorializada de cooperativas de plataforma. DigiLabour. <https://digilabour.com.br/pt/implementacao-territorializada-de-cooperativas-de-plataforma/>
10. Kasparian, D. (2022, 12 de maio). Implementação territorializada de cooperativas de plataforma. DigiLabour. <https://digilabour.com.br/pt/implementacao-territorializada-de-cooperativas-de-plataforma/>

A América Latina é pioneira em tecnologias para o bem comum, em movimentos coletivos em prol de outras tecnologias possíveis. Porém, parece que ainda sabemos, coletivamente, tão pouco sobre toda essa história. São histórias invisibilizadas e apagadas, mas que permanecem vivas naquelas coletividades que insistem em construir e imaginar outras tecnologias possíveis.

Essas outras possibilidades tecnológicas têm sido teorizadas por Renato Dagnino a partir de conceitos como tecnologia social¹¹ e tecnociência solidária¹². Em concordância com ele, vemos as tecnologias sociais como produtos, métodos, processos ou técnicas que são construídos para enfrentar problemas coletivos. Desafiando o imaginário do Vale do Silício, que mistifica o desenvolvimento tecnológico fazendo com que ele pareça distante, inacessível e incompreensível para a maioria das pessoas, as tecnologias sociais têm como características a simplicidade, a facilidade de ser aplicada e replicada, o baixo custo e, como sonhamos, um grande impacto social. As cisternas – reservatórios de águas pluviais – são um bom exemplo disso. Elas são tecnologias sociais que promovem o acesso à água e contribuem para a produção de alimentos, com impactos positivos na segurança alimentar, na geração de renda e de autonomia.

Ao propor tecnologias sociais em vez de soluções mágicas, caras e inacessíveis, também estamos construindo o que Dagnino chama de **tecnociência solidária**. A tecnociência é o conjunto de conhecimentos que são utilizados para a produção de bens e serviços, que combinam ciência, tecnologia e uma série de outros saberes. Quando usamos o adjetivo “solidária” junto a essa definição, estamos chamando atenção justamente para a identidade política das nossas organizações. Estamos falando do conjunto de conhecimentos que construímos coletivamente para estruturar nossos arranjos de trabalho e de vida, a partir da autogestão e da coletividade, em busca de sustentabilidade e de transformação.

As tecnologias utilizadas por nós podem e devem ser diversas. É preciso enfrentar a monocultura das grandes empresas de tecnologia¹³. Os conceitos de **tecnodiversidade**, do filósofo Yuk Hui¹⁴, e de **pluriverso**, de origem zapatista e atualizada teoricamente pelo antropólogo Arturo Escobar¹⁵, são duas ideias que nos permitem pensar as tecnologias como um mundo em que caibam vários mundos, em que outras tecnologias e modos de vida sejam possíveis.

11. Dagnino, R. (2014). Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas. EDUEPB. <https://static.scielo.org/scielobooks/7hbd/pdf/dagnino-9788578793272.pdf>

12. Dagnino, R. (2019). Tecnociência solidária: um manual estratégico. Lutas Anticapital. <https://base.socioeco.org/docs/2019-10-dagnino-final-v8.pdf>

13. Varon, J., Costanza-Chock, S., Tamari, M., Taye, B., & Koetz, V. (2024). AI Commons: nourishing alternatives to Big Tech monoculture. Coding Rights. <https://codingrights.org/docs/AICommons.pdf>

14. Hui, Yuk. (2020). Tecnodiversidade. Ubu.

15. Escobar, A. (2018). Designs for the Pluriverse. In Duke University Press eBooks. Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822371816>

Falamos disso em primeira pessoa: nossos percursos e constituições são diversos em termos de trabalho e tecnologia. Somos três cooperativas de trabalho (ALT Cooperativa, Central e Señoritas Courier), uma federação de cooperativas (FACTTIC), representada na pesquisa por Código Libre e Animus, uma associação sem fins lucrativos que atua principalmente no campo da reflexão sobre as tecnologias (MariaLab), e um núcleo que é parte de um dos maiores movimentos sociais do Brasil (Núcleo de Tecnologia do MTST). Em comum temos muitas coisas, entre elas nosso território, a América Latina, a vontade de aprender entre nós, a certeza de que o desenvolvimento tecnológico capitalista não é inevitável e a crença de que é preciso seguir lutando para que as tecnologias sejam utilizadas para promover melhores condições de trabalho e de vida para cada um e para todes.



B. PLATAFORMAS DE PROPRIEDADE DAS PESSOAS TRABALHADORAS

As políticas para o trabalho por plataformas devem ir além da regulação e estimular alternativas

A plataformização do trabalho é um fenômeno que está acontecendo no mundo inteiro, em diversos campos das nossas vidas, cujas consequências são ao mesmo tempo distintas e similares em diferentes partes do globo. Em muitas delas, as pessoas trabalhadoras têm se organizado para lutar contra a retirada e a negação de direitos. As formas assumidas por essas batalhas são variadas. Sindicatos, associações, coletivos, movimentos populares e cooperativas estão entre elas. Por vezes, essas coletividades assumem um duplo desafio: o de resistir às imposições do capitalismo e suas relações com as formas dominantes de construir tecnologias, e, ao mesmo tempo, construir alternativas concretas a esse sistema.

O que chamamos aqui de plataformas de propriedade de pessoas trabalhadoras também poderiam ser compreendidas como plataformas cooperativas. Optamos por falar em plataformas de propriedades de pessoas trabalhadoras porque entendemos que as organizações vistas sob esse guarda-chuva muitas vezes não são nem cooperativas – do ponto de vista jurídico e formal – nem plataformas¹⁶. Elas são parte das variedades do cooperativismo¹⁷. Na verdade, mais do que pensar somente na questão da propriedade, nos interessa refletir sobre de quais formas as diferentes coletividades estão lutando para se relacionar com as tecnologias de outras formas – seja por meio do desenvolvimento, da reapropriação e/ou das diferentes maneiras de lidar com suas governanças. Assim, nos parece que a melhor maneira de refletir sobre elas é colocando no centro suas identidades e objetivos políticos.

Entre nós, algumas organizações são institucionalmente cooperativas, outras não, nem pretendem ser. Algumas têm ou buscam ter tecnologias próprias. Outras não têm, nem objetivam ter. Conforme contamos antes, o que nos junta é a vontade política de pensar e construir tecnologias e relações de trabalho diferentes do que vivem a maioria das pessoas atualmente.

Nossa abordagem aqui visa evitar a romantização dessas iniciativas como se já estivessem “prontas” ou que fossem inevitavelmente o “futuro do trabalho”. Nós reconhecemos o potencial de todas as organizações para fazer as coisas de formas diferentes, mas também reconhecemos os desafios enfrentados por nossas coletividades ao tentar construir o mundo de amanhã nas conchas do mundo de hoje.

16. Grohmann, R. (2023). Not just platform, nor cooperatives: worker-owned technologies from below. *Communication, Culture & Critique*, 16(4), 274–282. <https://doi.org/10.1093/ccc/tcad036>

17. Hossein, C. S. (2024). *The Banker Ladies: Vanguard of Solidarity Economics and Community-Based Banks*. University of Toronto Press.

Nossos desafios são de várias ordens – econômicos, políticos, tributários, tecnológicos e de governança interna. Mas isso também não é motivo para deslegitimar ou menosprezar nossos (e outros) movimentos por economias solidárias digitais – ou o nome que queiramos dar para isso. Nem toda organização precisa – ou quer ter – ter a “escala” das grandes empresas tecnológicas. Esse não é necessariamente um indicador de “sucesso”. Uma resposta nossa para a questão da escala pode residir na intercooperação, na socialização de tecnologias que podem ser reaproveitadas por outras experiências, reduzindo retrabalhos e favorecendo a apropriação coletiva por parte da classe trabalhadora.

Atualmente, as pessoas formuladoras de políticas públicas têm apostado na regulação das plataformas – tanto de mídias sociais quanto de trabalho. Contudo, as regulações, embora necessárias, não são suficientes para lidar com as complexidades do mundo do trabalho e das tecnologias de uma maneira que elas sejam orientadas e sirvam às comunidades. Não podemos nos manter dependentes e reféns das grandes empresas de tecnologia. Ao contrário, temos que estimular circuitos de economias solidárias digitais que honrem os passados de tecnologia e trabalho da América Latina, com mais autonomia para as pessoas trabalhadoras. Valorizamos (e construímos) tecnologias e trabalho que nos conectem com nossos corpos e territórios, em toda sua diversidade, com os passados e os futuros que também são diversos.



C. INTERSECCIONALIDADE

Múltiplas matrizes de opressão e lugares para imaginar outros mundos possíveis

Em nossa pesquisa, tomamos a **interseccionalidade** como nosso ponto de partida e de chegada. Isso significa que consideramos fundamental o reconhecimento das desigualdades e diversidades de experiências, posicionalidades e identidades que possuímos. Somos mulheres cis e trans, homens cis e trans, pessoas transmasculinas e não binárias. Pessoas brancas e não brancas. Pessoas trabalhadoras de uma série de profissões. De idades e trajetórias também diversas.

De acordo com Patricia Hill Collins e Silma Bilge¹⁸, a interseccionalidade é uma ferramenta de análise que considera que raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, geração, entre outros marcadores sociais, estão inter-relacionados e se moldam mutuamente. Na prática, isso significa que diferentes características se conectam e delineiam nossas experiências sociais: uma mulher branca pode ter experiências comuns com outras mulheres não brancas, assim como uma mulher negra pode compartilhar vivências como homens negros. Contudo, a intersecção (a conexão) entre gênero, raça, entre outros marcadores, vai moldar as experiências de cada um desses sujeitos sociais de maneira distinta.

Entendemos que as desigualdades são interseccionais, ou seja, que o cisheteropatriarcado, o racismo, o colonialismo, a exploração de classe e as relações de poder moldam mutuamente as relações sociais. Por isso, dizemos que a interseccionalidade é nosso ponto de partida, porque não queremos atuar fingindo a existência de um sujeito universal, com condições iguais. Somos pessoas e organizações situadas.

Também afirmamos que a interseccionalidade é nosso ponto de chegada, porque não temos o objetivo de que nossas construções políticas apaguem ou neutralizem nossas diferentes posicionalidades. Queremos, ao contrário, que essas diferenças sejam reconhecidas, respeitadas e incorporadas em nossas plataformas políticas. Assim, as plataformas de propriedades das pessoas trabalhadoras que construímos e seguiremos construindo são e precisam ser interseccionais.

A partir dessas nossas posicionalidades, nós reconhecemos tanto as múltiplas formas de opressão que constituem nossos corpos e territórios como, a partir dessas perspectivas, também imaginamos e construímos outros mundos possíveis – nas tecnologias e no mundo do trabalho – a partir de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros.

18. Collins, P. H.; & Bilge, S. (2021). Interseccionalidade. Boitempo.

D. IMAGINAÇÃO

É difícil, a gente sabe...

As tecnologias do sistema capitalista, racista e cisheteropatriarcal – sejam elas digitais ou não – são propagandeadas como partes de movimentos que são inevitáveis. Quem se opõe a elas muitas vezes recebe a pecha da “tecnofobia”, ou seja, de uma suposta aversão ao desenvolvimento tecnológico. Frente a isso, as organizações que imaginam, e com isso constroem, as plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras – como as nossas – afirmam na teoria e na prática que a desigualdade e a exploração não são inevitáveis. Há, sim, alternativas a elas e imaginar outros presentes e futuros possíveis é urgente e fundamental. Nós não somos organizações avessas às tecnologias, mas tampouco nos alinhamos ao tecnosolucionismo (a ideia de que uma tecnologia digital, por exemplo, pode resolver problemas, conflitos, contradições e desafios que são históricos e multifacetados).

Assumir essa abertura radical ao que podem ser as plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras é uma posição avessa à ideia de que as tecnologias são neutras. Ao contrário, as tecnologias hegemônicas tendem a reproduzir as desigualdades de gênero, raça, classe, território, geração, entre outras, que estruturam nossa sociedade. Enfrentá-las pede de nós o esforço e a ousadia de construir outros imaginários sociotécnicos¹⁹. Trilhando caminhos coletivos inspirados pela pedagogia freiriana, vemos a imaginação não como uma fantasia, mas como uma força política transformadora²⁰.

Durante os workshops do projeto WOIP, imaginamos muito. Parecido, diferente, sobre o presente, sobre o futuro, sobre o trabalho, sobre as tecnologias, sobre as relações sociais, sobre tanta coisa... E fazendo isso não pudemos, nem queríamos, construir uma lista de formatos ou regras para as plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras. O que apontamos foram princípios, inspirações e lutas políticas necessárias para fortalecer iniciativas desse tipo. Princípios, inspirações e lutas que para nós devem ser interseccionais, cabe sempre reafirmar. Assumir o desafio de construir o comum a partir da diversidade é parte central do que imaginamos para as plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras.

19. Silva, T. (2020). Por outros imaginários sociotécnicos no novo normal. Revista Observatório Itaú Cultural, (28), 37-41.

20. Benjamin, R. (2024). Imagination: A Manifesto. W. W. Norton & Company.

Não há receita para construir (ou seguir construindo) o que imaginamos como plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras, mas sabemos desde as nossas experiências que serão necessárias formas criativas de superar as limitações impostas pelo sistema capitalista, racista, colonialista e cisheteropatriarcal. Elas poderão se concretizar a partir de dinâmicas de trabalho que coordenam e alinham energias, vontades e inspirações. Elas também poderão funcionar a nível regional, mais que local. Se não há regras, tampouco respostas prontas sobre elas, há princípios – como a importância do cuidado, de seguir insistindo na imaginação como força política, da solidariedade e da diversidade – que nossa pesquisa-ação apontou.

Nesse exercício de imaginação, o desafio – sempre difícil – é o de não tentar copiar ou simular perspectivas dominantes de tecnologia e trabalho. Não queremos tecnologias “do Vale do Silício”, mas governadas pelas pessoas trabalhadoras. O que queremos mesmo é repensar todo o processo do que significa trabalho e tecnologia em nossa sociedade. Para isso, algumas ferramentas que temos são a democracia, a escuta ativa, a transparência e a acessibilidade.



4) APRENDIZADOS

A. ENFRENTAR O CONFLITO CAPITAL-VIDA

A lógica do sistema capitalista é a da acumulação. Acumular lucros, fortunas e patrimônios para uma minoria. Isso às custas do trabalho, dos territórios e dos corpos da maioria. Essa lógica é incompatível com a possibilidade de que todas as pessoas vivam suas vidas com condições dignas, porque para que poucos ganhem, muitas pessoas precisam perder. É por isso que falamos em enfrentar o conflito entre o capital e a vida²¹, porque sabemos (vivendo na pele muitas vezes) que o capital não ataca apenas nossas condições de trabalho, mas de vida.

Como dissemos antes, as consequências desse conflito não são as mesmas para todas as pessoas. Então, para enfrentar esse sistema, vemos como fundamental colocar a vida acima do lucro, tomando a interseccionalidade como ponto de partida e de chegada.

O desafio é grande e se expressa nas realidades de nossas organizações. Tanto externamente quanto internamente (na construção do projeto). Externamente, a baixa presença de mulheres e de pessoas dissidentes é uma característica comum entre os setores de entregas e tecnologia. Algumas de nossas organizações surgem justamente a partir do reconhecimento dessa ausência, como a MariaLab, a ALT Cooperativa e a Señoritas Courier. Na FACTTIC, por outro lado, Código Libre e Animus enxergam que o desafio é o de construir coletivamente, em uma federação mista do ponto de vista de gênero, a importância de promover a diversidade no setor. Na cooperativa Central e no Núcleo de Tecnologia do MTST, de maneiras diferentes entre as duas organizações, também há a necessidade de seguir construindo organizações mais diversas.

Nem “sobre”, nem “para”. Queremos construir tecnologias junto com as pessoas, junto com os grupos sociais aos quais pertencemos e/ou pretendemos organizar. Nesse sentido, os processos de formação tecnológica têm sido uma frente comum de atuação entre a maioria de nossas organizações. Esse foi um de nossos aprendizados no percurso do projeto WOIP: é preciso aprender juntas como seguir enfrentando o conflito entre o capital e a vida!

21. Perez Orozco, A. (2021). EL CONFLICTO CAPITAL-VIDA: APORTES DESDE LOS FEMINISMOS. Revista Trabalho Necessário, 19(38), 54-66. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.45907>

B. CARE BEFORE CODE

“Cuidar antes de programar” [Care before code] é o slogan da cooperativa [DisCO.Coop](#). A importância do cuidado foi um dos aprendizados mútuos que tivemos entre as organizações participantes da pesquisa-ação WOIP. Com as teorias feministas, aprendemos que o cuidado fala sobre as nossas vulnerabilidades, que não são características apenas de algumas pessoas, mas de todas elas. Sabemos que, historicamente, são as mulheres as pessoas responsabilizadas por cuidar das outras, mas pensamos que isso também pode ser diferente. Vemos o cuidado como um trabalho, como uma relação e como uma ética que orienta toda a atuação das nossas organizações.

Ao cuidar de todes e de cada pessoa, colocamos a vida à frente do lucro, do desenvolvimento tecnológico acrítico e da reprodução consciente ou inconsciente das desigualdades interseccionais. Cuidamos reconhecendo nossas diversidades, vulnerabilidades e necessidades; legitimando, distribuindo e valorizando trabalhos que com frequência são invisibilizados mesmo nos arranjos laborais alternativos.

“Cuidar antes de programar” não é (somente) um problema técnico, mas principalmente político. Significa levar em conta as necessidades reais das pessoas, atualizadas em tempo e espaço. Por isso, questionar quais são as construções tecnopolíticas pertinentes para cada organização e território, considerando os sujeitos políticos que deles fazem parte, com histórias, acúmulos, anseios e ancestralidades, é a atitude cuidadosa que se sobressaiu nos workshops realizados na pesquisa WOIP. A gente constrói tecnologias a partir de nossas realidades. A partir de nossos corpos e territórios. Por isso, o cuidado também deve ser colocado como um valor central na hora de programar.

E isso vai muito além das plataformas: nossos desafios são bem mais amplos do que ter ou não uma plataforma própria. Envolvem lidar coletivamente com a violência que as cidades impõem para as pessoas entregadoras; considerar a diversidade geracional e de letramento digital em nossas organizações, que impactam na construção de sujeitos históricos capazes de transformar o mundo, mesmo que localmente; enfrentar a precariedade da vida que se reflete nos dispositivos que possuímos ou não; e combater a lógica do produtivismo e da competição. Esses foram alguns cuidados que destacamos ao conversar sobre nossas organizações.

C. IR ALÉM DOS BINÁRIOS

A importância de enfrentar as armadilhas dos binarismos foi um aprendizado coletivo fundamental da pesquisa. Vemos os binarismos como uma forma rígida, inflexível e pautada em supostos opostos (ou isso ou aquilo) de enxergar e construir o mundo. Quando abrimos mão deles, algumas perguntas deixam de fazer sentido. Por exemplo: somos cooperativas “de verdade”? Nosso foco é a organização do trabalho ou somos organizações ativistas? Sem cair em binarismos, ou seja, sem poder responder uma coisa ou outra, sem meio termo, estas questões perdem mesmo o sentido.

Não separamos artificialmente trabalho e vida; corpo e mente; razão e emoção; econômico e social; cooperativas “de verdade” de outras, que são vistas assim por seus desenhos institucionais diversos; quem pensa e quem faz etc. Não queremos ter que escolher entre ter sustentabilidade econômica e ter posições políticas claras, nem queremos ter que sobreviver hoje para imaginar amanhã. Queremos tudo isso e muito mais! Queremos trabalhos, tecnologias e existências dignas para mulheres, pessoas trans, não binárias, pessoas negras e outros grupos sociais marginalizados. Parece muito, é muito, mas não podemos mais aceitar não ter nada, nem mesmo ter “ou isso” “ou aquilo”!

Ir além dos binários nos permite abraçar os conflitos, as contradições e as pluralidades que nos constituem enquanto organizações. Articular o velho e o novo, estar entre-lugares. Aprendemos um pouco sobre perspectivas trans e queer para tecnologias como maneiras de lutar contra os binarismos, de recusar formas hegemônicas de trabalho e tecnologia, e de reinventar códigos e linguagens a partir de lugares dissidentes.

Leia no link a seguir texto de Joaquim Renato Alves de Souza, de Señoritas Courier: [Aprendizados sobre Tecnologias Trans e Trabalho no Brasil e na Argentina](https://digilabour.com.br/pt/aprendizados-sobre-tecnologias-trans-e-trabalho-no-brasil-e-na-argentina/).²²

22. Souza, J. R. A. de. (2025, 12 de março). Aprendizados sobre tecnologias trans e trabalho no Brasil e na Argentina. DigiLabour. <https://digilabour.com.br/pt/aprendizados-sobre-tecnologias-trans-e-trabalho-no-brasil-e-na-argentina/>

D. ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Articular, cooperar e atuar coletivamente é certamente desafiador, mas também muito potente. Reconhecer essa potência foi um dos aprendizados que tivemos juntas na pesquisa WOIP. Um aprendizado que já deixa um resultado prático. Foi a partir do WOIP que articulamos a campanha [Hire a Coop](#) [Contrate uma Cooperativa], que começou incentivando universidades a contratar cooperativas para realizar serviços de desenvolvimento, design e afins.

Desenvolvida em três idiomas, a campanha defende que, em um contexto em que as universidades têm como objetivo abordar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e lutar por trabalho decente, contratar cooperativas é uma forma de fazer a economia circular fora dos grandes oligopólios. Em uma segunda fase, a campanha está em expansão e pretende articular outras áreas além dos setores comunicação e tecnologia, construindo alianças entre diferentes países e coletividades.

Durante o projeto, nós viajamos bastante também. Integrantes do WOIP espalharam a palavra do projeto em lugares como Paris, Berlim, Atenas e Londres. As viagens são sempre momentos de articulação e comunicação. Nas visitas a São Paulo e Buenos Aires, pudemos vivenciar um pouco das potencialidades dos movimentos por tecnologias contra-hegemônicas no Brasil e na Argentina, como na CryptoRave em São Paulo e na sud0America em Buenos Aires. Esses são espaços de articulação, mobilização e também de manifestação de diversas formas de comunicação, especialmente expressões artísticas. Sempre que possível, ao longo do projeto, nos recordamos coletivamente de que a escrita não é a única forma de expressão possível. Por isso, em breve você vai ver outros projetos ligados ao WOIP nas redes. Spoiler: tem série de vídeos e histórias em quadrinhos.



5) APRENDIZADOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA

O projeto WOIP teve como uma de suas premissas (re)pensar tecnologia e trabalho desde a América Latina, promovendo e potencializando a cooperação entre nós. Afinal, o que significa construir tecnologias e trabalho a partir de nossos contextos? E como podemos compartilhar aprendizados? Nesta seção, destacamos alguns aprendizados que organizações de um país tiveram em relação ao outro.



As organizações ressaltam as capacidades de agitação, mobilização e articulação das iniciativas brasileiras, enquanto veem na Argentina um ambiente cooperativista mais favorável do ponto de vista tributário e institucional, inclusive em termos de espaços cooperativistas. Observamos que os dois países possuem formações raciais distintas e que isso, em alguns momentos, nos ensinou sobre como podemos repensar e aprender sobre os atravessamentos de raça nos dois contextos nacionais. As questões de gênero na tecnologia e no trabalho, por sua vez, tem se desenvolvido de maneira semelhante nos dois países. Sentimos ainda que há muito o que aprender entre nós!



Alguns aprendizados de cada organização:

“FACTTIC

A oportunidade de participar do WOIP foi transformadora. Significou fortalecer a dimensão regional como uma escala possível com desafios comuns e formas compatíveis de construir em nossa grande pátria amada. Em particular as visitas em ambos os países – compartilhando o nosso cotidiano e as nossas atividades – nos permitiram nos aproximar tanto pessoal quanto profissionalmente, entender a vida das organizações e das pessoas em seus territórios e, a partir daí, sentir mais proximidade. As diversas atividades que envolveram nossa fisicalidade e nossas trajetórias subjetivas (como dançar, caminhar, cantar, visitas, dinâmicas de trabalho) foram muito potentes na construção da identidade WOIP, que continuará nos acompanhando. Por fim, uma das lições é ligada à interseccionalidade. Na FACTTIC, trabalhamos com questões de gênero desde o início, mas demos menos atenção à dimensão de classe e ainda menos à dimensão racial. Por meio da experiência do projeto, tomamos consciência da invisibilidade dessas dimensões em nossas práticas e pudemos trabalhar para transformá-las.



“ **Señoritas Courier**

Durante as vivências em Buenos Aires, nossa agenda priorizou debates sobre tecnologia, permeados por questões de gênero, raça e classe, em espaços como a Universidade de Buenos Aires, a cooperativa Código Libre e o evento sud0America. Visitamos o [Centro Cultural de la Cooperación](#), onde pudemos falar sobre legislação e políticas públicas para o cooperativismo, e a [Barricada TV](#), um exemplo de autogestão em comunicação. Também tivemos contato com a Cooperativa [Cambalache](#), que trabalha com georreferenciamento, ampliando a curiosidade e aprofundando o debate sobre soberania digital. A interação com pessoas trans da cooperativa ALT e no sud0America foi especialmente enriquecedora, destacando a importância da inclusão na tecnologia. A vivência do workshop sobre construção de plataformas focado em interseccionalidade foi importante para entender questões que apartam e aproximam a diversidade e grupos de pessoas trabalhadoras precarizadas do âmbito das tecnologias digitais.

“ **MariaLab**

Na Argentina, reconhecemos uma cultura cooperativa muito arraigada na sociedade e mesmo no Estado. Outra coisa que chamou a nossa atenção foram as lutas por equidade de gênero nas organizações de tecnologia, que nos pareceu bastante fortalecida e que nos conecta enquanto países, pois vivemos algo semelhante. Quanto ao debate racial, pudemos ver que há um discurso dominante que ainda apaga a história dos povos negro e indígena no país.

“ **ALT**

A experiência foi extremamente enriquecedora. Algo que destacamos é a relevância que se dá à questão racial e de classe, algo que na Argentina não é tão problematizado e que, no entanto, faz parte da estrutura do país. Também observamos a relação com o cooperativismo, que no Brasil é percebido como algo especialmente de grandes organizações do agronegócio e que, curiosamente, na Argentina – quase como um sinal oposto ao Brasil – o cooperativismo costuma estar mais envolvido com questões relacionadas à raça e à classe.



6) APRENDIZADOS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Nossas organizações são diversas, e sobre isso já falamos algumas vezes aqui neste relatório. Mas durante a pesquisa também notamos o potencial de cada organização para teorizar a partir de suas próprias experiências e também buscar inspirações teóricas para o seu fazer no dia a dia. Conheça um conceito que guia cada uma das organizações e também aprenda um pouco com cada uma dessas noções.

SOBERANIA DIGITAL POPULAR

“ Núcleo de Tecnologia do MTST

No MTST, trabalhamos com o conceito de soberania digital popular como convergência da luta por direitos como conectividade, trabalho decente e educação digital, bem como o desenvolvimento de tecnologias para fortalecer a luta política. Coletivamente, definimos a soberania digital popular como o processo e o resultado da organização coletiva visando à autodeterminação, criação, desenvolvimento, subversão, democratização e controle de infraestruturas e tecnologias para servir ao povo e atender às necessidades identificadas nas lutas por moradia, trabalho e alimentação. Ela é moldada por contextos territoriais e temporais, operando com, além ou em oposição ao Estado.

AUTONOMIA

“ MariaLab

Entendemos autonomia mais como uma maneira de se organizar, uma posição perante a realidade, do que um conjunto de preceitos a serem seguidos. Compreendemos que somos atravessadas por uma multiplicidade de experiências e a construção de autonomia deve se basear também em nossas singularidades e responsabilidade enquanto sujeitas políticas. A autonomia vem a partir da experiência compartilhada e consentida do grupo que organiza hoje a MariaLab. Assim, para nós é autonomia ter nossa própria infraestrutura técnica, usar software livres, e também é autonomia ter um pagamento digno para as trabalhadoras. Portanto, autonomia coletiva é um processo construído coletivamente a partir de acúmulos de experiências e consciência.



TECNOLOGIA SOCIAL

“ **Señoritas Courier**

Como cooperativa e coletivo que somos, acreditamos que através das tecnologias sociais, podemos desenvolver coletivamente soluções para enfrentar os desafios sociais, que priorizem o impacto comunitário e a democratização do conhecimento. Por ser diferente das tecnologias convencionais, focadas no lucro, elas valorizam a participação ativa das comunidades e a inclusão social. Essas são coisas que buscamos muito como coletivo.

INTERCOOPERAÇÃO

“ **FACTTIC**

Para a FACTTIC, a intercooperação é a criação de vínculos de trabalho e colaboração mútua entre cooperativas. Com lógicas de complementaridade e articulação, compartilham-se conhecimentos e informações, realiza-se a construção política e busca-se fortalecer estratégias comuns de negócios e um modelo de sustentabilidade econômica. Os espaços em que se consolidam as práticas intercooperativas são permeados por valores comuns ao cooperativismo, como democracia, solidariedade e confiança, entre outros. Por meio delas, buscam responder a uma demanda de trabalho, mas, ao mesmo tempo, ser agentes de transformação da sociedade em que vivemos. A intercooperação permite que nossa organização promova a autonomia das cooperativas associadas, a aliança para o desenvolvimento profissional, a geração de projetos-escola e o acompanhamento de novas cooperativas ou daquelas que estão passando por situações adversas.

INCLUSÃO DIGITAL

“ **Central**

Vemos a inclusão digital como algo necessário para nós, já que o mundo está evoluindo de acordo com ela e Salta não está alheia a isso. Sobre tudo a concorrência trabalhista, especialmente de empresas gigantes, está chegando até nós e não podemos ficar para trás. É muito necessário que possamos lutar e avançar.

TECNOLOGIAS TRANS

“ALT

As tecnologias trans não são um conceito fechado nem uma receita com passos definidos para resolver questões relacionadas ao gênero. Trata-se de uma abordagem a partir de diversas perspectivas relacionadas a tecnologia, gênero, classe, capitalismo, trabalho etc. Como um iceberg, uma tecnologia trans pode ter uma parte visível, onde a interação com uma pessoa usuária leva à problematização do uso de sexo e gênero em um aplicativo, mas também pode ser tão profunda quanto a forma de acesso ao trabalho por meio de um anonimato virtual, onde a identidade não importa. Uma espécie de operária/o/e digital que, à primeira vista, parece trazer apenas problemas para quem interage com negócios de plataformas, mas que, paradoxalmente, não discrimina identidades rejeitadas em empregos mais formais. Essa tensão está presente constantemente quando nossas identidades interagem e negociam consensos em um mundo capitalista e binário.



7) MEMÓRIAS

Compartilhamos algumas das memórias dos nossos encontros presenciais. Consideramos muito importante que arquivemos nossas experiências, projetos e iniciativas. As políticas de memória são fundamentais! Memórias compartilhadas, e plurais, se tornam potências, já que a partir delas é possível interpretar e honrar o passado.





UM POUCO DA NOSSA AGENDA

Fevereiro de 2024 - Apresentações, expectativas, cronograma

Março de 2024 - Organização do trabalho (dinâmicas, tecnologias, processos)

Abril de 2024 - Potencialidades, limites, desafios e referências relativos às tecnologias

Maio de 2024 - Encontros presenciais em São Paulo, Brasil

Junho de 2024 - Sínteses parciais das discussões coletivas

Agosto de 2024 - Condições materiais de atuação, cuidado como princípio para ação e importância da imaginação

Outubro de 2024 - Organização dos encontros presenciais realizados em novembro, em Buenos Aires

Novembro de 2024 - Encontros presenciais em Buenos Aires, Argentina

Dezembro de 2024 - Memórias de Buenos Aires, autonomia e soberania

Março de 2025 - Discussões sobre o relatório final



8) O QUE VEM A SEGUIR

Em abril de 2025, encerramos os workshops regulares da pesquisa WOIP, mas isso não significou o fim do processo de articulação, mobilização e reflexão coletiva que estivemos fazendo durante mais de um ano. Vemos o projeto não como um acaso, mas como parte integrante de um esforço mais amplo de integração, colaboração e parceria entre nossas organizações e países.

Toda uma agenda de pesquisa e trabalho segue aberta para discussões futuras. O relatório final da pesquisa evidencia essa abertura. Não quisemos tentar resolver textualmente o que, para nós, são questões políticas ainda em desenvolvimento e maturação. Durante este relatório, falamos muito da nossa diversidade e ela se expressa em diversos tópicos. O processo coletivo construído ao longo do projeto WOIP não buscou oferecer soluções definitivas nem encerrar debates, mas sim abrir caminhos.

Nesta seção, reunimos questões e frentes que permanecem em movimento e que se colocam como desafios, aprendizados em construção ou convites para aprofundamento coletivo. Estas recomendações são para nós mesmos e para quem quiser seguir o caminho que traçamos com o WOIP! São fruto dos diálogos, trocas e aprendizados que tivemos ao longo do projeto.

- **Discutir melhor os pontos em comum e as diferenças entre autonomia e soberania.** Ao longo do projeto, ficou evidente que esses conceitos são mobilizados de formas diversas por governos, empresas, movimentos sociais e coletivos. A construção de sentidos próprios, enraizados nas realidades dos territórios e coletivos, é uma tarefa em aberto, especialmente quando pensamos em infraestruturas autônomas, autodeterminação e soberania digital popular.
- **Refletir continuamente sobre o papel do Estado.** Em diferentes contextos, o Estado foi percebido às vezes como instituição possível de pressionar para que haja, por exemplo, políticas públicas sólidas de apoio à economia solidária digital e às plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras, mas que isso é difícil mesmo em contexto de governos que se colocam de maneira mais progressista, e também pode ser visto como uma ameaça à autonomia de organizações autogestionadas. Uma síntese possível é que as plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras podem ser pensadas às vezes com Estado, em oposição ao Estado, bem como além ou apesar dele.



- **Lidar com as desigualdades internas no desenvolvimento de tecnologias.** As tensões entre quem desenvolve tecnologia e quem as usa segue sendo um ponto central para o futuro das plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras. Como garantir que todas as pessoas envolvidas nos processos tenham espaços efetivos de participação, voz e aprendizado, respeitando seus tempos, vontades e condições? Esta é uma das questões que segue aberta para reflexões e ações permanentes e futuras.
- **Fortalecer a reflexão e a prática sobre governança de dados nas organizações.** A discussão sobre dados emergiu como um tema fundamental, mas ainda desigual entre as organizações participantes. Para avançar, é necessário sensibilizar e apoiar as organizações na construção de políticas de dados que dialoguem com os contextos locais. A governança de dados deve ser pensada não apenas como uma questão técnica ou legal, mas como parte de uma luta política por autonomia e soberania digital.
- **Avançar nos debates sobre a apropriação coletiva de tecnologias livres.** As discussões sobre tecnologias livres e seu lugar nas plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras continuarão a pautar as nossas discussões coletivas. Isso inclui refletir sobre as tensões entre diferentes formas de autonomia tecnológica e modelos de desenvolvimento, e como podemos fortalecer os processos coletivos de desenvolvimento, uso e apropriação das tecnologias.
- **Enfrentar os desafios da sustentabilidade econômica.** Organizações autogestionadas têm um contínuo debate sobre sustentabilidade econômica. Como pensar em formas de sustentabilidade e de intercooperação entre as diferentes organizações? Esta é uma pergunta central para continuarmos pensando coletivamente.
- **Aprofundar as discussões e práticas sobre interseccionalidade.** Construir políticas a partir da interseccionalidade é sempre um desafio, especialmente quando se trata de transformar princípios em práticas concretas. A interseccionalidade precisa ser transversal às tecnologias que imaginamos e construímos, orientando decisões políticas, práticas organizacionais e escolhas tecnológicas. Ao longo do projeto, as dimensões de gênero e de classe, especialmente no sentido de classe trabalhadora, estiveram presentes nas falas e experiências das organizações ao longo de todo o projeto. Já as discussões sobre raça apareceram com menos intensidade, em especial no contexto argentino. As agendas futuras devem enfrentar esse desafio de forma mais direta, incorporando de maneira mais forte outros marcadores sociais da desigualdade. As questões territoriais, inclusive entre Brasil e Argentina, são centrais para compreender a interseccionalidade.

9) RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

As recomendações de políticas que emergem deste projeto partem da experiência concreta das organizações participantes engajadas ao longo do projeto WOIP. Longe de propor modelos únicos ou fechados, buscamos aqui contribuir com caminhos para políticas públicas que fortaleçam as plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras a partir da interseccionalidade.

PARA ORGANIZAÇÕES AUTOGESTIONADAS (COMO COLETIVOS, COOPERATIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS)

- **Fortalecer a cooperação regional como prática contínua.** As trocas entre organizações de diferentes países, como Brasil e Argentina, demonstraram a potência da cooperação Sul-Sul. Construir redes duradouras entre coletivos, cooperativas e movimentos com trajetórias diversas fortalece aprendizagens mútuas e amplia possibilidades de ação. Manter espaços regulares de intercâmbio, formações e projetos compartilhados pode sustentar essa cooperação como prática permanente.
- **Documentar e compartilhar trajetórias e aprendizados.** Registrar e socializar as experiências vividas pelas organizações é uma prática pedagógica e uma forma de fortalecer a memória coletiva, ampliar a visibilidade das lutas e inspirar outras iniciativas. Compartilhar boas práticas, como ferramentas de gestão horizontal, divisão de tarefas, processos de governança e estratégias de cuidado, ajuda a construir repertórios comuns entre coletivos e fortalece a construção de caminhos autogestionados.
- **Valorizar a diversidade institucional e evitar modelos normativos.** Não existe um único caminho para a construção de coletividades. É fundamental que as organizações reconheçam e valorizem sua própria trajetória, ao mesmo tempo em que respeitam as formas diversas de organização coletiva. Evitar purismos institucionais ou visões idealizadas é parte do desafio político de construir alianças sustentáveis entre experiências diferentes, com necessidades e ritmos próprios.
- **Engajar-se em processos de formação popular, contínua e situada.** A formação é uma necessidade e um desejo recorrente para fortalecer princípios e práticas em relação a tecnologias e ao mundo do trabalho. Deve ser pensada a partir de metodologias acessíveis, populares e politicamente situadas. Isso inclui trocas entre pares, pedagogias baseadas na experiência e diálogos com universidades.



- **Desenvolver tecnologias no ritmo dos corpos e das coletividades.** A busca por autonomia e soberania digital precisa estar conectada às realidades concretas de vida e trabalho. Evitar soluções tecnodeterministas ou apressadas é essencial. Em vez disso, é recomendável investir em tecnologias que nascem de perguntas e necessidades reais dos territórios, respeitando seus tempos, recursos e prioridades. O ritmo da tecnologia deve acompanhar o ritmo da vida.

PARA PESSOAS FORMULADORAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- **Fomentar programas de formação tecnopolítica com enfoque interseccional.** Pessoas formuladoras de políticas devem promover oficinas e atividades contínuas de formação em tecnologias livres, cuidados digitais, economia solidária digital e governança de dados com base em perspectivas interseccionais. Esses programas devem articular práticas tecnológicas e reflexão política, assegurando o acesso a partir das realidades concretas dos territórios. É fundamental que valorizem metodologias populares, descentralizadas e alinhadas aos saberes dos grupos.
- **Reconhecer e apoiar a diversidade de formas organizativas territoriais.** É fundamental que as políticas públicas reconheçam e apoiem organizações que atuam de maneira coletiva e autogestionada em suas diversidades organizacionais, institucionais e territoriais. Isso implica ampliar o entendimento de quem pode ser beneficiada/o/e por políticas de fomento e contratação, valorizando experiências baseadas na autogestão e na solidariedade.
- **Construir políticas de incubação e fomento à economia solidária digital com perspectiva interseccional.** Pessoas formuladoras de políticas devem desenvolver programas públicos de apoio à criação, incubação e consolidação de iniciativas em economia solidária digital. Esses programas devem incluir suporte técnico, financiamento, assessoria jurídica, tributária e tecnológica, infraestrutura e redes de apoio, com atenção especial para coletivos com perspectivas de gênero e raça. A perspectiva interseccional deve atravessar todo o processo, desde os critérios de seleção até a forma de acompanhamento, garantindo que o fomento seja acessível e sensível às desigualdades estruturais que atravessam o mundo do trabalho e as tecnologias.

- **Promover um sistema articulado de circulação de informações e recursos.** Fortalecer as plataformas de propriedade das pessoas trabalhadoras requer superar a fragmentação entre setores, organizações e esferas do poder público. É necessário criar processos intersetoriais que articulem ministérios, secretarias, universidades, movimentos sociais, cooperativas e coletivos. Isso significa estabelecer canais permanentes de diálogo, trocas de saberes, compartilhamento de recursos e construção conjunta de políticas públicas. Um sistema articulado amplia a potência das iniciativas lideradas por pessoas trabalhadoras, evita a sobreposição de esforços e fomenta uma rede de práticas, experiências e políticas mais robusta e plural.

PARA UNIVERSIDADES

- **Contratar cooperativas populares para projetos acadêmicos e tecnológicos.** Seguindo inspirações como a campanha Hire a Coop, universidades podem priorizar a contratação de cooperativas e coletivos autogestionados para o desenvolvimento de diversos serviços, plataformas, tecnologias e outras iniciativas institucionais, fortalecendo práticas concretas de economia solidária.
- **Construir parcerias mais horizontais com coletivos, cooperativas e movimentos sociais.** Em vez de objetos de pesquisa, os coletivos devem ser considerados parceiros epistêmicos e políticos. As universidades devem fomentar projetos de pesquisa e extensão com co-governança, participação efetiva e remuneração justa das organizações envolvidas.
- **Valorizar experiências lideradas por pessoas trabalhadoras nos currículos e práticas pedagógicas.** Universidades devem reconhecer os saberes produzidos por coletividades lideradas por pessoas trabalhadoras como legítimos, inovadores e fundamentais para repensar a tecnologia, o trabalho e o próprio papel da universidade. Incorporar essas experiências nos currículos, projetos pedagógicos e espaços formativos contribui para uma universidade mais democrática, situada e comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS

- Benjamin, R. (2024). *Imagination: A manifesto*. W. W. Norton & Company.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Dagnino, R. (2014). *Tecnologia social: Contribuições conceituais e metodológicas*. EDUEPB. <https://static.scielo.org/scielobooks/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272.pdf>
- Dagnino, R. (2019). *Tecnociência solidária: Um manual estratégico*. Lutas Anticapital. <https://base.socioeco.org/docs/2019-10-dagnino-final-v8.pdf>
- Englert, S., Woodcock, J., & Cant, C. (2020). *Operáismo digital: Tecnologia, plataformas e circulação das lutas dos trabalhadores*. *Fronteiras - Estudos Midiáticos*, 22(1). <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.05>
- Escobar, A. (2018). *Designs for the pluriverse*. Duke University Press. <https://doi.org/10.1215/9780822371816>
- Faur, E. (2024, 29 de fevereiro). *El estado del hambre*. *Revista Anfibia*. <https://www.revistaanfibia.com/el-estado-del-hambre/>
- Gago, V., Cielo, C., & Tassi, N. (Comps.). (2023). *Economías populares: Una cartografía crítica latinoamericana*. CLACSO. <https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=2844&c=62>
- Grohmann, R. (2023). Not just platform, nor cooperatives: Worker-owned technologies from below. *Communication, Culture & Critique*, 16(4), 274–282. <https://doi.org/10.1093/ccc/tcad036>
- Hossein, C. S. (2024). *The banker ladies: Vanguard of solidarity economics and community-based banks*. University of Toronto Press.
- Hui, Y. (2020). *Tecnodiversidade*. Ubu.
- Kasparian, D. (2022, 12 de maio). *Implementação territorializada de cooperativas de plataforma*. DigiLabour. <https://digilabour.com.br/pt/implementacao-territorializada-de-cooperativas-de-plataforma/>
- Medina, E. (2024, 7 de janeiro). *Aprendendo com Cybersyn, 50 anos depois: Entrevista com Eden Medina*. DigiLabour. <https://digilabour.com.br/pt/aprendendo-com-cybersyn-50-anos-depois-entrevista-com-eden-medina/>
- Medrado, A., & Verdegem, P. (2024). Participatory action research in critical data studies: Interrogating AI from a South–North approach. *Big Data & Society*, 11(1). <https://doi.org/10.1177/20539517241235869>
- Ochigame, R. (2021, 1º de outubro). *Informática do oprimido*. DigiLabour. <https://digilabour.com.br/pt/informatica-do-oprimido/>
- Perez Orozco, A. (2021). *El conflicto capital-vida: Aportes desde los feminismos*. *Revista Trabalho Necessário*, 19(38), 54–66. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.45907>



REFERÊNCIAS

- Rubim, E., & Milanez, L. (Orgs.). (2024). Economia solidária digital. Ministério do Trabalho e Emprego; DigiLabour; Fundação Rosa Luxemburgo. https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Agosto/mte-apoia-livro-sobre-politicas-sociais-de-economia-solidaria-digital/livro_economia_digital_solidaria_v2_comprimido.pdf
- Silva, T. (2020). Por outros imaginários sociotécnicos no novo normal. Revista Observatório Itaú Cultural (28), 37–41.
- Souza, J. R. A. de. (2025, 12 de março). Aprendizados sobre tecnologias trans e trabalho no Brasil e na Argentina. DigiLabour. <https://digilabour.com.br/pt/aprendizados-sobre-tecnologias-trans-e-trabalho-no-brasil-e-na-argentina/>
- Varon, J., Costanza-Chock, S., Tamari, M., Taye, B., & Koetz, V. (2024). AI Commons: Nourishing alternatives to Big Tech monoculture. Coding Rights. <https://codingrights.org/docs/AICommons.pdf>



CRÉDITOS E FINANCIAMENTO

Autoria:

ALT Cooperativa, Cooperativa de Cadetes Central, FACTTIC, MariaLab, Núcleo de Tecnologia do MTST, Señoritas Courier, Animus, Código Libre, Rafael Grohmann, Fabiana Benedito, Alexandre Boava, Alexandre Costa Barbosa, Aline Os, Ana María Martínez, Cecilia Muñoz Cancela, Elena Ficher, Giovanna Freire, Jacira Sousa, Joaquim Renato Alves, Laura Arcuri, Luana Cuello, Maraiza Adami Pereira, Natália Petrica e Patricia Morimoto Minamizawa.

Citar como:

WOIP (2025). Plataformas de Propriedade de Pessoas Trabalhadoras e Interseccionalidade: Aprendizados Compartilhados entre Brasil e Argentina. Toronto: DigiLabour.

Design:

ALT Cooperativa

Financiado por:

SSHRC Insight Development Grant, Connaught New Research Award, University of Toronto.

Este relatório está licenciado sob a Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0). Isso significa que ele pode ser copiado, redistribuído, remixado, adaptado e transformado para qualquer fim, inclusive comercial, desde que os devidos créditos sejam atribuídos às autoras e autores originais, e que eventuais obras derivadas sejam distribuídas sob a mesma licença. Essa escolha reflete nosso compromisso com o conhecimento livre, a colaboração entre organizações e a ampliação do acesso a saberes produzidos coletivamente.



Worker-Owned Intersectional Platforms

Este relatório está licenciado sob a Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0). Isso significa que ele pode ser copiado, redistribuído, remixado, adaptado e transformado para qualquer fim, inclusive comercial, desde que os devidos créditos sejam atribuídos às autoras e autores originais, e que eventuais obras derivadas sejam distribuídas sob a mesma licença. Essa escolha reflete nosso compromisso com o conhecimento livre, a colaboração entre organizações e a ampliação do acesso a saberes produzidos coletivamente.